

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPORTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alcione Tiago da Costa ¹
Evódia Simone Monteiro Soares ²
Alexsandro da Silva Lima ³

RESUMO

A Educação Ambiental se configura numa constante construção, na qual os indivíduos se relacionam com o mundo, o reelaboram, complementam, face à sua complexidade. A constatação de um meio ambiente degradado, bem como seu ecossistema, remete a uma reflexão sobre as práticas sociais que favorecem esse estado, ao mesmo tempo em que nos conduzem à necessidade de uma urgente intervenção educacional. Assim, tem-se por objetivo discutir a importância da educação ambiental na educação básica, com vistas a prática inclusiva. A elaboração do artigo se deu a partir da análise bibliográfica, comprometido com a identificação de obras de referência e artigos que se debruçam sobre o tema, e mantém afinidade com as indagações definidas para o estudo. Observou-se que a educação ambiental é uma possibilidade de fomentar as habilidades psíquicas, no que se refere ao cognitivo dos estudantes, sendo uma oportunidade, ainda na educação básica, de desenvolverem uma postura de comportamento de sustentabilidade através da prática inclusiva.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação básica, Prática inclusiva.

INTRODUÇÃO

O artigo se propôs investigar estudantes da educação básica nas etapas dos anos iniciais direcionada à educação para era digital, com a temática proposta na Agenda 21, que é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira, construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global e entregue à sociedade, por fim, em 2002.

Nesse sentido, a oportunidade de articular a temática junto à proposta da educação inclusiva, norteadas pelas políticas públicas do Brasil, foi considerada em razão das seguintes

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Atua na Educação Básica – anos iniciais – Prefeitura de Carpina – Pernambuco – Brasil. alcione_tiago@hotmail.com;

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Atua na Educação Básica – anos iniciais – Prefeitura de São Lourenço – Pernambuco – Brasil., evodiasms@gmail.com;

³ Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Docente da rede municipal de ensino de Correntes e da Universidade Paulista – UNIP Garanhuns – Pernambuco – Brasil, alexsandrolima16@hotmail.com.

questões: como se daria essa inclusão de fato e se estes estudantes incluídos nas séries iniciais da educação básica podem fazer diferença e perceber-se como cidadãos planetários.

No âmbito escolar, a prática da Educação Ambiental é relevante ao desenvolver a discussão pública das questões que nortearão esse estudo, atrelado ao envolvimento dos estudantes. Além disso, observa-se também o nível de consciência sobre os efeitos dos impactos que permeiam a degradação do meio ambiente e o empobrecimento do ser humano por suas atitudes impensadas, além de questões acerca da relatividade, universalidade de valores, neutralidade do professor e dimensão afetiva.

Assim, detectaram-se algumas lacunas sinalizando a escassez de espaços contínuos de formação, onde o conhecimento seja evocado pelo prazer de conhecer, de fazer ciência para educação, considerando tanto o conhecimento a ser construído e aprofundado, como sentimento de pertencimento ético cidadão, que surgem neste processo de comprometimento com o planeta de cuidar preservando e conservando para as futuras gerações. Assim, é importante perceber, principalmente os estudantes da educação inclusiva, tal relevância, abraçados pelas políticas públicas como cidadãos de fato e, não apenas, mero um espectador.

METODOLOGIA

A elaboração do artigo se deu a partir da análise bibliográfica, comprometido com a identificação de obras de referência e artigos que se debruçam sobre o tema, e mantém afinidade com as indagações definidas para o estudo, tendo abordagem de caráter qualitativo.

Embasado na Educação Ambiental, seu estudo permite suscitar um comportamento de sustentabilidade, para provocar e nortear a inclusão na prática educativa na Educação Básica no 1º e 2º ano das séries iniciais em uma escola pública em São Lourenço da Mata – PE, Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental se configura numa constante construção, na qual os indivíduos se relacionam com o mundo, o reelaboram, complementam, face à sua complexidade. Para isso, buscam sistematizar conhecimentos, de tal forma que transformam qualitativamente suas interações sociais, redimensionando as relações dos sujeitos com o meio ambiente.

Nesse caminho de diálogo de saberes necessários para transformar as práticas, Jacobi (2009) ressalta que o século XXI apresenta um quadro de multiplicação de problemas

socioambientais, que promete agravar-se, caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação. Trata-se de uma crise enraizada na cultura, nos estilos de pensamento, nos valores e na falta de conhecimento e informação sobre os riscos que a deterioração dos recursos naturais pode provocar na vida humana. Na verdade, elas precisam ser sensibilizadas acerca da gravidade de não se perceber como parte deste meio.

A constatação de um meio ambiente degradado, bem como seu ecossistema, remete a uma reflexão sobre as práticas sociais que favorecem esse estado, ao mesmo tempo em que nos conduzem à necessidade de uma urgente intervenção educacional. Dessa forma, além de conceitos básicos, deve-se ter uma Educação Ambiental que configure mudanças de atitudes e olhares transformadores quanto à preservação de bens universais, através de práticas positivas de cuidado com o meio ambiente.

Segundo Sato (2003), a Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

De acordo com a Lei nº 9.795, de abril de 1999, a Educação Ambiental deve ser contínua, estando presente na educação nacional, em todos os níveis e modalidades no processo de educação, tanto formal quanto não formal. Assim, pode-se chegar a entender que se deve evitar as ações que precarizam o ambiente, dando mobilidade sustentável a do ponto de proteger a integridade dos sistemas terrestres dos quais dependemos. Além disso, prioriza-se a sensibilização para o uso eficiente de energia, água e outros recursos, incluindo ações de expansão de projetos em tecnologias ambientais de reciclagem e conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) instrumentalizam a escola para uma reflexão acerca de que a educação ambiental não deve se constituir numa disciplina, nem apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados (BRASIL, 1997, p. 81).

A Educação Ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas. Afirmando que “ela” (sic) modificações de valores que dizem respeito às questões ambientais, econômicas, sociais e éticas, essa junção encadearia uma melhoria da qualidade de vida, ou seja, a relação de convivência entre homem e natureza, implicando em atitudes e ações positivas (GADOTTI, 2000, p.96).

É importante ter um ponto de vista sustentável unindo tendências e valores. Não podemos entender a educação ambiental a partir de uma visão simplista da natureza e dos problemas ambientais, nem os restringirmos a trabalhos pedagógicos acerca do lixo, reciclagem

e derivados, e sim, como uma questão de cidadania devido à força que adquiriu nos últimos anos. Portanto, ela precisa ser pensada desde sua gênese até suas consequências atuais e futuras.

Sabe-se que só é possível alcançar a competência crítica através de um processo pedagógico articulado, participativo e, sobretudo, permanente, que desencadeie um comportamento responsável do ser humano para com a natureza, com sentido sustentável, que preze pelas gerações futuras atendendo às necessidades das gerações atuais.

No cenário mundial, os problemas ambientais com toda sua complexidade e expansão, fizeram com que a educação ambiental passasse a ter uma maior notoriedade, ganhando amplitude e relevância. É o reconhecimento da importância dada à educação enquanto fundamento básico para o desenvolvimento da humanidade.

As preocupações com o ambiente se intensificaram em 1972, quando o clube de Roma publicou um relatório que falava do inescrupuloso crescimento da sociedade, no qual o consumo assumia números alarmantes podendo levar a humanidade a um colapso. O relatório se preocupava com “os limites do crescimento”, o crescimento do consumo, e da produção dos países pobres. O relatório provou que a humanidade necessitaria de uma mudança no seu modelo de desenvolvimento econômico, que teria como ingrediente principal a “prudência” no uso dos recursos naturais, cooperando com o equilíbrio ecológico e social do planeta. (MELLOWES, 1972, *apud* DIAS, 1994, p.2).

Conforme Assis (2001), as agressões praticadas contra a natureza violam direitos do cidadão, afinal o homem faz parte do meio ambiente. A incorporação desta visão socioambiental destaca o papel dos cidadãos, e tem destaque no capítulo VI, artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2006).

Dessa forma, discutir o meio ambiente significa tratar de questões tão complexas como agricultura, indústria, pobreza e desenvolvimento. Nesse mesmo artigo nos incisos IV e V apontam como incumbência do poder público, esclarece:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade:

V- controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade devida e o meio ambiente (BRASIL, 1988).

As sociedades devem atentar para os riscos que a modernidade arrasta, principalmente quanto à qualidade de vida tão almejada. E devido aos efeitos negativos causados pelo modelo econômico capitalista surgiram manifestações e movimentos que alertaram sobre o perigo que a humanidade corre ao afetar de forma tão violenta o seu meio ambiente.

Do confronto inevitável entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente - que valoriza o aumento de riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais - e a necessidade de conservação do meio ambiente, surge a discussão sobre como promover o desenvolvimento das nações de forma a gerar o crescimento econômico, mas explorando os recursos naturais de forma racional e não predatória. Estabelece-se, então, uma discussão que está longe de chegar a um fim, a um consenso geral. Será necessário impor limites ao crescimento? Será possível o desenvolvimento sem o aumento da destruição? De que tipo de desenvolvimento se fala? (BRASIL, 1997, p.38).

POLÍTICAS PÚBLICAS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas educacionais visam traçar prioridades para educação, buscando apoio nos valores sociais, políticos e econômicos, tendo como meta a formação do indivíduo atuante socialmente. As reformas educativas impulsionam a organização do sistema educativo nos países no âmbito da educação básica, percorrendo o desenvolvimento das renovações pedagógicas às reformas democráticas e igualitárias das quais a sociedade almeja, trazendo em seu bojo os traços deixados pelo sistema neoliberalista, recortado pelo darwinismo social e a pós modernidade, encarregada de reverter o quadro da transformação educativa e inclusiva numa perspectiva sustentável, que a teoria pós – crítica deseja para as políticas públicas educativas.

A inserção começa com a inquietação do professorado abrindo caminho para ações docentes inovadoras, que anseia por uma escola de inclusão, sem segregação, que reflitam a luta por assegurar o direito de todos, a aprendizagem e permanência, reivindicando condições de trabalho. A formação permanente do professor representa um diferencial para sua atuação, especialmente para educação inclusiva, de forma que aborde com autonomia as questões relevantes como a educação ambiental, do ponto de vista para um comportamento sustentável, integrando os diversos saberes em ambiente de diversidade.

Assim, é preciso investir na formação pessoal, colaborativa e cooperativa acompanhada da leitura crítica e alguns atributos, tais como a vocação, paixão, compromisso identitário e uma política de valorização do profissional docente.

As diretrizes de 2001 que regulamentam a educação inclusiva dispõem que as escolas devem receber todos os estudantes de modo a garantir o acesso, permanência e participação de todos, sem exceção. A metodologia deve ser centrada no seu público-alvo, respeitando as

diferenças sem discriminar, tendo em vista o fortalecimento de uma sociedade mais democrática, com posturas de justiça e solidariedade (BRASIL, 2001).

Vale salientar que a inclusão se concretiza quando ocorre a integração, à medida que o estudante é integrado às atividades do cotidiano escolar, sendo parte do todo com a promoção do estímulo a criatividade, gerando entendimento de pertencimento em relação ao meio resultando em qualidade de vida.

Segundo Lima e Castro (2012), os docentes devem refletir sobre os conhecimentos científicos adquiridos em sua formação para adequá-los em suas práticas na atualidade, tendo vista as recentes mudanças acerca dos recursos utilizados. Posteriormente, pelos docentes do século XIX, ministrando para estudantes da era digital com a predominância na diversidade, o qual discorre.

Enriquece uma sala de aula pelo simples motivo de se aprender com o diferente. Quanto maior a diversidade na sala, não só com relação a várias eficiências, mas a diversidade cultural, de origem, de credo, de gênero, a física, faz a pessoa aprender mais, a conhecer mais o mundo, a perceber que há mais lá fora do que se possa imaginar. Dessa maneira, será possível sonhar com um mundo sem preconceitos e discriminações. Eis a beleza do não ser igual (SCARDUA, 2008, p. 89).

Do ponto de vista de Scardua (2008), a respeito da inclusão escolar, esta ocorre quando há comprometimento profissional com a educação, sociedade e gerência governamental, de forma que todos os envolvidos que participam da vida escolar, direta ou indiretamente, proporcionam condições efetivas para que o processo de educativo e o desenvolvimento total de suas potencialidades possam ser desenvolvidas. Entende-se que o comportamento de sustentabilidade é um processo dentro da modalidade da educação que muda o comportamento das pessoas no particular e no coletivo ajudando na formação cidadã dos sujeitos sociais do planeta.

COMPORTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE NA PRÁXIS INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O comportamento é algo suscetível as variáveis, à medida que os indivíduos vivem essa relação de trocas e compartilhamento de experiências e estímulos no campo da coordenação sensorio-motora, das relações sociais. Ao se trabalhar o termo comportamento de sustentabilidade e a Educação Básica no ambiente escolar, ativa o que já faz parte do currículo, há bom tempo nas rodas de debates nas diferentes esferas da sociedade.

Os termos acerca da educação ambiental (preservação, conservação, meio ambiente, fauna, flora, desenvolvimento e sustentabilidade) veiculam nos meios de comunicação, porém, este parece ser o único comunicador para a massa. A comunicação feita através das grandes catástrofes se publica a causa apenas, não informando os efeitos dos atos desprovidos de sensibilização, respeito, ética e da visão de coletividade.

O desafio é elencar a fomentação do pensamento para o comportamento de sustentabilidade na proposta da educação ambiental nas séries iniciais da Educação Básica. A agenda 21 em sua proposta traz a ideia da integração de meio ambiente, política, economia e tecnologia para o século XXI. A atuação como autor na história que está sendo construída referente a preservação, conservação e atitudes para coletividades em prol da qualidade de vida e cuidado, ainda é um desafio tanto quanto para a discussão, a respeito da inclusão em sua prática integradora.

De acordo com Toro (1997) a educação divide a sociedade entre elite e emergentes, característica da educação na América Latina, levando em conta ao tipo de colonização desses países. Observa-se uma distância cultural educacional, dentro do próprio país, no sentido do que é ofertado para a massa, que ainda não é um bem público acessível, no qual ricos e os menos favorecidos economicamente frequentem a mesma escola, no entanto essa diferença é aceita como normal.

A Educação Básica inclusiva visa integrar os estudantes com deficiência intelectual em suas modalidades, quando lhes permitir uma escola viva que respeite e não rotule quem pode ou não aprender, mas possibilite e oportunize meios geradores de aprendizagem. A teoria do El cuidado defendida por Toro (1997) nos ajuda a refletir acerca de como podemos instigar os estudantes a esse comportamento necessário para a sobrevivência e isto direciona a estância da necessidade de trazer o meio ambiente através da educação ambiental para dentro das bases interdisciplinares na educação básica. “A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação” (TORO *apud* COSTA, 2000, p.33).

Eis um dos aspectos bastante discutido nos debates da educação, sendo a função social da escola atrelado ao rumo das riquezas naturais do meio ambiente, numa visão planetária em plena sociedade do conhecimento, que fala em cuidar do desenvolvimento sustentável, mas não se apropriou do termo na sua essência. Os Estados, em suas tomadas de decisões, devem refletir a integração do meio ambiente com os setores das bases econômicas, sociais e tecnológicas nas políticas públicas adotadas em prol da educação para o século XXI.

As contribuições do colombiano Toro (1997) faz-nos refletir sobre a educação que queremos e a que é ofertada, projetando na perspectiva do século XXI. Com seus estudos sobre

as Sete Competências que visam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem junto às demandas da contemporaneidade, pode-se elencar: apropriação da leitura, calcular e resolver situações problemas, dominar a capacidade de análise, síntese e interpretação de fatos e situações problemas, conceber criticamente os meios de comunicação, atuar com cidadão planetário, utilizar a informação, localizar-se com autonomia, viver individual e coletivamente de modo responsável.

Ao se fazer reflexão sobre a sociedade, a cidade e o modo de ocupação da territorialidade, percebe-se que o homem tem um vínculo com o que está em seu entorno. Assim sendo, não se pode pensar em comportamento de sustentabilidade emanado na educação básica, desassociado de sua história, localidade e espaço social, que contribui para compor sua complexidade existencial referendada em suas práticas como participante em potencial do sistema planetário.

De acordo com autor Pol (2009), a análise começa no comportamento e atitudes concretas vinculadas ao território: a ocupação. A construção do comportamento de sustentabilidade deve ser veiculada ao que afeta essa construção de valores que as identificam, a maneira com a sociedade pensa e ocupa o espaço geográfico, como ela se organiza seja nas metrópoles, regiões urbanas ou periferias em suas interações sociais denotam os comportamentos que permitam ou destruam identidades que valorem ações comportamentais na construção da sustentabilidade.

Na atualidade, existe uma preocupação em criar padrões que sirvam de referência para medir o avanço da sociedade ao que se convencionou de futuro sustentável, logo deve-se atentar para englobar fatores que se entrelaçam como a economia, mercado e tecnologia. A cidade enfrenta o desafio de assimilar o conceito de sustentabilidade e suas implicações sociais em seu entorno, nas estratégias de implantação de pequenas e grandes modificações sustentáveis a médio e longo prazo. O enfoque sobre a temática da sustentabilidade de acordo com (MOURA, 2003).

Existem duas correntes com enfoque distinto a ecotecnocrática (economia verde) e a ecossocial (pessimista), de modo que as definições buscam integrar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social. As correntes apontam contradições e ambiguidades no sentido semântico da palavra, desenvolvimento sustentável remete a progresso, quanto a esse entendimento há divergência na visão quanto ao crescimento econômico ilimitado e a escassez dos recursos naturais.

Alguns aspectos da dinâmica da Educação Básica são apresentados como fatores necessários que muitas vezes dificultam o desenvolvimento da assimilação de valores e

percepção de comportamentos de sustentabilidade por parte dos cidadãos, principalmente aqueles que têm ficado a margem, excluídos dentro do próprio sistema. No entanto, dizimá-los a ponto de os deixar invisíveis tem custado caro, pois a educação fracionada, que discursa uma política pública igualitária e não cumpriu positivamente seu papel, sempre deixará traços que a comunidade esteve ali.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se a importância de visualizar a educação ambiental como uma possibilidade de fomentar as habilidades psíquicas, no que se refere ao cognitivo dos estudantes, sendo uma oportunidade, ainda na Educação Básica, de desenvolverem uma postura de comportamento de sustentabilidade através da prática inclusiva. As habilidades foram se aperfeiçoando a medida que foi se descobrindo coisas novas, fazendo o reconhecimento geográfico ao seu entorno.

Contudo, é gratificante saber que em algum lugar ainda existe alguém que acredita que inclusão não é apenas inserção, mas sim integrar através do saber ser, fazer, refazer e construir a partir das experiências, das trocas, do comportamento de sustentabilidade que liga a conectividade planetária. Esta pesquisa abre ainda o leque para novos olhares a partir das formações ofertadas para os docentes e sua aplicabilidade na sua prática cotidiana. Refletindo o alcance que se deseja para a educação para que ela dialogue com conscientização planetária difundida para era digital sustentável.

Diante de tantas belezas naturais, vê-se o desafio universal de gerar um comportamento de sustentabilidade para preservar um ambiente possível para as próximas gerações. Neste eixo, detecta-se a importância de não apenas incluir os estudantes da educação inclusiva dos anos iniciais nas salas regulares, mas integrá-los como direito e respeitá-lo naquilo que lhes impõe condição.

Em certos aspectos cognitivos, os quais não os possibilitam de participar e integrar como num todo, propicia um gerador de possibilidades entre as partes para aprender uns com os outros em suas especificidades. Assim, a sensibilização acontece nos dois polos tanto interno quanto externo, ocorrendo assimilação, acomodação e aprendizagem significativa.

A educação ambiental se comunica com os estudantes, sendo dinâmica, visível e real, e devido ao comportamento devastador do homem em relação ao meio ambiente, por meio das ações antropocêntricas, tal fato interfere diretamente no meio natural, permitindo a reflexão respaldada na sua atuação política, social e econômica. Esses eventos tornam a educação

ambiental viva, possibilitando fazer as interferências, repensar as práticas e projetar novas possibilidades de atuação deste ser planetário.

Então, a proposta dinamizadora de Educação Ambiental tem por finalidade sensibilizar os seres humanos a respeito das causas desastrosas ocorridas pela devastação ambiental e exploração associada a industrialização e o capitalismo que proporcionou instrumentos que distorceram o nível de racionalidade ambiental na concepção humana.

Assim sendo, tem-se uma ação reflexiva de lembrar os caminhos percorridos até chegar na Educação ambiental, discorrendo sobre os aspectos da formação da cidade e como ela está relacionada com nosso comportamento de sustentabilidade. e que não podemos desassociar os estudantes da educação inclusiva dessa construção de cidadãos planetários pois eles fazem parte também da era digital estão conectados e não podem ser excluídos dessa discussão.

Observa-se que o tipo de postura individual e coletiva é válido, dos quais todos têm responsabilidades com esse compromisso de cuidar. Como é entendido que a educação básica é um espaço importante na vida e na formação das pessoas, é relevante o olhar sobre a inclusão no processo do entendimento da educação ambiental como facilitador do conhecimento de mundo e da universalidade planetária, refletido em todos os ambientes.

A educação básica é um lugar propício para comentar sobre comportamento de sustentabilidade, a partir da interdisciplinaridade aliada a integração dos estudantes com necessidades especiais. Os estudantes, quando adentram o espaço da educação básica, trazem consigo seus mundos, de modo que o papel da proposta da educação básica é fazer fluir suas potencialidades, viabilizar o conhecer da ciência aliado a sua percepção de mundo. É preciso ter consciência dos efeitos que seu comportamento de sustentabilidade pode acrescentar a vida coletiva no planeta e oportunizá-lo para que se desenvolva como ser planetário na ciência e tecnologia de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental é um instrumento que facilita a sensibilização, pois lida com diversos elementos que são essenciais para a existência, retratando a dinâmica de modo a torná-la mais próxima e conhecida no cotidiano escolar das práticas pedagógicas. A educação básica comporta as capacidades de desenvolver as habilidades potências do estudante, a partir da observação, exploração e expressão, os quais são pontos fortes para estimular comportamentos de sustentabilidade.

Assim ao estabelecer na comunidade ambiental um desenvolvimento apropriado e mensagens relevantes ao bem-estar global, tem-se a contribuição para tornar os indivíduos mais conscientes quanto a essa área tão importante. Tal fato torna-se uma verdade assimilada por todos, desde os primeiros anos de vida dos estudantes, e a educação básica estará cumprindo seu papel local, globalmente pensando como estudantes e cidadãos planetários integrados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Prática**. 9. Ed. – São Paulo: Gaia, 2004.

LIMA, Maria da Conceição Barbosa; CASTRO, Giselle Faur. Formação inicial de professores de física: a questão da inclusão de alunos com deficiências visuais no ensino regular. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 1, p. 81-98, 2012.

MOURA, Abdalaziz de. **Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável - PEADS: Uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da cidade e do mundo**. Glória de Goitá, PE: Serviços de tecnologia alternativa, 2003, p. 210.

PIAGET, Jean. **A Construção do Símbolo na Criança**. São Paulo: Zahar, 1996. SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA, 2003.

POL, E; VALERA, S. (1999). **Simbolismo do espaço identidade pública e social**. *Cidades em Paralelo*, 28 (29), 13-33.

SCARDUA, Valéria Mota. A inclusão e o ensino regular. **Revista FACEVV - 2º Semestre de 2008 - Número 1**. Pag. 85 – 90.

TORO, José Bernardo. Os códigos da modernidade. In: **Pôster fundação Maurício Strtsky Sobrinho e da Fundacion Social**. Colômbia, 1997.